
EDUCAÇÃO MORAL PARA O PERDÃO EM CRIANÇAS

Eloá Losano de Abreu¹
Pollyana de Lucena Moreira²
Júlio Rique Neto³

Resumo

Este trabalho apresenta os resultados de uma intervenção para o perdão realizada com 17 crianças com idade média de 7 anos e 6 meses ($DP = .70$). O método utilizado foi quase experimental com participantes respondendo a Entrevista do Perdão no início e no final da intervenção. Após a entrevista inicial, as crianças foram divididas aleatoriamente em grupos experimental e controle. As crianças do grupo experimental participaram das atividades delineadas para a intervenção. As crianças do grupo controle foram mantidas nas aulas normais na instituição. Os resultados indicaram que perdoar foi associado ao pedido de desculpas e à reconciliação entre as partes em conflito. Na comparação do pré-teste com o pós-teste, as crianças do grupo experimental mostraram um aumento significativo do grau de perdão, uma diminuição significativa do grau da raiva do ofensor e um aumento na frequência de escolha pelo perdão como uma opção para resolução de conflitos interpessoais. Acredita-se que para crianças dessa faixa etária o pedido de desculpas e a reconciliação funcionam como representações do perdão.

Palavras Chave: Educação Moral; Perdão; Virtudes.

¹ Professora Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: eloalosano@gmail.com

² Doutora em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, e pós-doutoranda na Universidade de Fortaleza.

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Departamento de Psicologia, UFPB.

E-mail: julio.rique@uol.com.br

MORAL EDUCATION FOR FORGIVENESS IN CHILDREN

Abstract

This article presents the results of an intervention for forgiveness performed with 17 children with a mean age of 7 years and 6 months ($SD = 0.70$). The method used was quasi-experimental, with participants responding to an Interview of Forgiveness at the beginning and at the end of the intervention. After the initial interview, participants were randomly divided into experimental and control groups. The children of the experimental group participated in the activities for forgiveness outlined for the intervention. The children of the control group were kept in the normal classes of the institution. The results indicated that forgiveness was associated with apology and reconciliation. The comparison between the pre-test and the post-test showed that children in the experimental group had a significant increase in the degree of forgiveness, a significant decrease in the degree of anger, and an increase in the frequency of forgiveness as a choice for the resolution of interpersonal conflicts. In conclusion, for children in this age group, apology and reconciliation function as representations of forgiveness.

Keywords: Moral Education; Forgiveness; Virtues.

Introdução

Neste trabalho, a educação para o perdão foi utilizada como estratégia de resolução de conflitos em crianças. A educação foi elaborada com base nas estratégias educacionais criadas por De Vries e Zan (1994) para desenvolver um ambiente educacional construtivista favorável ao desenvolvimento do pensamento moral do perdão. Essas autoras baseiam suas estratégias nas concepções de Piaget (1932/1994) para a educação. Utilizou-se também as estratégias pedagógicas elaboradas por Watson (2003), que defende o fortalecimento de

relações de confiança entre crianças na escola. E, finalmente, na teoria do perdão de Enright (ENRIGHT, FREEDMAN & RIQUE, 1998; ENRIGHT & FITZGIBBONS, 2000).

Considera-se este trabalho relevante na medida em que aborda uma educação positiva que busca habilitar as crianças com valores e virtudes que vão facilitar a compreensão do outro diante de conflitos interpessoais.

Princípios Cognitivos e Afetivos na Educação Moral

Para Piaget (1932/1994), a moralidade se desenvolve a partir do sentimento de dever e obrigação em respeitar as regras impostas pelo adulto. As primeiras relações sociais das crianças são estabelecidas com os adultos e a coação exercida por esses adultos sobre a criança promove o sentimento de respeito unilateral. Posteriormente, por volta dos sete ou oito anos de idade, ocorre uma expansão das relações sociais entre crianças de idades semelhantes, o que vai possibilitar o desenvolvimento da cooperação e de um sentimento de respeito mútuo entre os pares. Esse tipo de respeito, por sua vez, vai se intercalando com o sentimento de respeito às regras como obediência aos adultos e pouco a pouco vai transformando a qualidade da moral e construindo o sentimento de respeito às regras pelo bem das pessoas.

É possível facilitar esse processo e educar crianças nas escolas com o objetivo de favorecer o desenvolvimento moral. No entanto, para que uma educação moral com fins de desenvolvimento seja efetiva, é necessário haver o comprometimento da escola e dos educadores em abdicar da autoridade que reforça a coação adulta sobre a criança, e manter um compromisso com atividades supervisionadas que possam promover a cooperação entre as crianças no ambiente escolar. Enfatizar o trabalho de cooperação e a produção coletiva ao invés de focar no trabalho e no desempenho individual constrói o respeito mú-

tu e a obediência às regras pelo bem de todos na escola. Como também permite às crianças estabelecerem vínculos de confiança com os professores que também são de fundamental importância para o desenvolvimento da autonomia moral. Na maioria das vezes, a relação das crianças com os professores é baseada nas imposições de conhecimentos e conceitos morais destes sobre as crianças. Nesse sentido, é preciso mudar a natureza das relações entre professores e alunos da obediência por coerção para obediência por confiança e cooperação. Assim, o respeito às regras pelo bem das pessoas necessita não somente dos componentes racionais cognitivos, mas também de algumas condições afetivas que em conjunto auxiliam a educação moral.

De Vries e Zan (1994) elaboraram um guia para transformar as salas de aula em ambientes propícios ao desenvolvimento moral. Dois aspectos são essenciais para a construção deste tipo de classe: (1) a relação professora-criança deve ser baseada no afeto e na dedicação da professora para com as crianças e, no momento de uma resolução de conflitos, o professor tem a função de orientar as crianças a adotarem a tomada de perspectiva dos diferentes pontos de vista envolvidos na mesma situação, devendo ainda incentivar o uso da reciprocidade e o estabelecimento de um acordo entre as partes; (2) as relações entre as crianças devem ser fundamentadas nos mesmos moldes de respeito, reciprocidade e cooperação.

Watson (2003) colabora com essa proposta, através da elaboração de um projeto de educação moral com o objetivo principal de incentivar a formação de ligações de afeto e confiança no ambiente escolar. O projeto buscou desenvolver relações de apoio entre os alunos e o professor e entre os próprios alunos; auxiliar na compreensão dos alunos sobre as regras de funcionamento do ambiente escolar; engajar os alunos em estratégias de colaboração e resolu-

ção de conflitos. Para tanto, Watson (2003) utilizou, além dos princípios construtivistas piagetianos de De Vries e Zan, os princípios das teorias do apego (BOWLBY, 1969), confiança (ERIKSON, 1963) e as estratégias para desenvolver a empatia indicadas por Hoffman (2000). Nessas perspectivas, a qualidade da relação das crianças com seus primeiros cuidadores determina o comportamento destas com outras pessoas de seu convívio. A empatia é um dos sentimentos mais essenciais para a construção de uma relação de confiança em sala de aula, pois é ela que permite que as crianças considerem o sofrimento do outro como consequência de suas ações. Para desenvolver essa habilidade afetiva, Watson indica o uso da técnica da indução, utilizada para ajudar as crianças a adotarem e compreenderem a situação sob a perspectiva de outra criança numa situação de conflito. Esta técnica permite que a criança perceba o sofrimento do outro e possibilita o surgimento do princípio moral da reparação como uma obrigação moral.

Os pressupostos piagetianos apontados por De Vries, juntamente com as indicações de Watson para a construção de uma relação positiva entre as crianças, são a base para a promoção do desenvolvimento moral do perdão como uma possível estratégia para resolução de conflitos interpessoais.

O Processo de Perdoar

Enright et al. (1998, p.46-47) definem o perdão como:

Uma atitude moral na qual uma pessoa considera abdicar do direito ao ressentimento, julgamentos, afetos e comportamentos negativos para com uma pessoa que a ofendeu injustamente. E, ao mesmo tempo, nutrir a compaixão, a misericórdia e possivelmente o amor para com o outro que ofendeu.

Perdoar envolve a remissão dos sentimentos, julgamentos e comportamentos negativos, e sua substituição por sentimentos, julgamentos e compor-

tamentos positivos perante a pessoa que gerou a mágoa. Para que isso aconteça é necessário que o indivíduo desenvolva a empatia, através da capacidade de colocar-se no lugar do outro, ou *role-taking* (RIQUE, CAMINO, FORMIGA, MEDEIROS & LUNA, 2010). O *role-taking* pode ser definido como a habilidade de diferenciação entre a própria perspectiva e a perspectiva do outro, que ocorre através de uma percepção precisa do pensamento do outro e do uso de estratégias de negociação interpessoal. Essa habilidade se desenvolve com a idade e a medida que as crianças se envolvem em relações sociais cada vez mais complexas, levando a uma percepção mais avançada das relações interpessoais e à necessidade de uso de estratégias cognitivas para resolverem conflitos (SELMAN, 1980).

Enright, Santos e Al-Mabuk (1989) desenvolveram um modelo cognitivo-social do pensamento do perdão, no qual são apresentados seis tipos de raciocínio utilizados pelas pessoas ao perdoar, que são: (1) o perdão pode ser oferecido quando o ofensor tiver sofrido alguma dor no mesmo grau daquela sofrida pela vítima; nesse caso, o perdão ocorre como *vingança/retribuição*; (2) o perdão pode surgir quando a pessoa magoada recebe alguma compensação pela mágoa sofrida, ou seja, o perdão ocorre por *restituição ou compensação*. (3) o perdão pode ser indicado por amigos ou familiares da pessoa magoada como uma atitude correta; assim, o perdão surgiria devido a uma *pressão social*. (4) o perdão pode ser uma decisão da pessoa magoada, por esta ter crenças ou princípios religiosos que apoiem essa decisão; dessa forma, o perdão ocorreria devido a uma *pressão institucional*. (5) O perdão também pode ser oferecido como uma alternativa para promover a *restauração da harmonia no grupo social*. (6) Finalmente, o perdão pode ser oferecido como um ato de dignidade e amor ao próximo, através do sentimento de *compaixão* pelo ofensor.

Além do modelo cognitivo-social do pensamento do perdão, Enright et al. (1998) elaboraram um modelo do processo para perdoar, onde apresentam os passos que devem ser percorridos pelo indivíduo que decide perdoar alguém. Este modelo é composto por quatro fases gerais: reconhecimento, decisão, resolução e aprofundamento (ver Quadro 1).

Quadro 1. Etapas do processo de perdoar

<p>Fase do Reconhecimento</p> <p>Examinar os mecanismos de defesa utilizados para lidar com a mágoa. Confrontar a raiva gerada pela mágoa. Admitir o sentimento de vergonha sofrido pela mágoa (quando for o caso). Tomar consciência da catexe (retenção de energia psíquica gerada pela injustiça). Reconhecer que reviver e relembrar a mágoa pode alimentar a raiva. Perceber que pode estar se comparando com o ofensor. Aceitar que a mágoa pode ter consequências irreparáveis. Reconhecer que houve uma mudança na sua visão do que seria um “mundo justo”.</p>
<p>Fase da Decisão</p> <p>Reconhecer que as estratégias utilizadas para resolver o conflito não estão mais funcionando (conversão). Disposição para considerar o perdão como uma opção. Comprometimento para perdoar o ofensor.</p>
<p>Fase da Resolução/Execução das estratégias</p> <p><i>Reframing</i>: entender, através da tomada de perspectiva, as razões da ocorrência da injustiça do ponto de vista do ofensor. Desenvolver empatia pelo ofensor. Ter consciência da compaixão que surge pelo ofensor ao conhecer sua perspectiva na situação da injustiça. Aceitar e absorver a dor gerada pela mágoa.</p>
<p>Fase do Aprofundamento</p> <p>Identificar o significado para o seu sofrimento e para o sofrimento dos outros, bem como o significado do processo de perdão. Reconhecer que pode ter precisado ou vai precisar um dia receber o perdão de alguém. Perceber que não está sozinho no processo. Perceber que pode existir um novo propósito na vida em decorrência da mágoa sofrida. Ter consciência da diminuição de afetos negativos para com o ofensor e, possivelmente, alimentar afetos positivos.</p>

Fonte: Enright et al. (1998, p. 53). Tradução nossa.

O processo do perdão tem sido utilizado em terapias e programas educacionais com o objetivo de auxiliar na regulação das emoções e no desenvolvimento da habilidade de resolução de conflitos (AL-MABUK, ENRIGHT &

CARDIS, 1995; DENHAM ET AL., 2005; HEPP-DAX, 1996; HOLTER ET AL., 2008). No geral esses estudos indicaram resultados positivos no que se refere ao restabelecimento do bem-estar psicológico dos participantes, melhorando suas concepções sobre a injustiça e sobre o perdão. Como exemplo de uma intervenção, o estudo de Hepp-Dax (1996) utilizou o processo de perdoar com alunos de uma escola pública de Nova Iorque, com o objetivo de diminuir os conflitos causados pela discriminação racial. O estudo foi realizado com 24 crianças, com idade média de 10 anos, divididas em grupos: experimental e controle. Os resultados da comparação entre pré e pós-testes indicaram diferenças significativas nas médias do perdão, e um reteste, sete meses após o encerramento das atividades, evidenciou um aumento no nível de autoestima das crianças.

Considerando os princípios e teorias apresentadas, o presente estudo teve por objetivo promover um programa de intervenção educacional para a promoção do desenvolvimento do perdão em crianças de seis a oito anos de idade.

Método

O presente estudo possui um delineamento quase experimental com pré-teste e pós-teste. Um delineamento experimental possui características essenciais como a distribuição aleatória de participantes em grupos experimentais, controle de variáveis intervenientes e manipulação de uma variável independente (VI) no grupo experimental. Porém, a distribuição aleatória das crianças na instituição onde a intervenção foi realizada deveria considerar todas as crianças dentro do grupo de idade mencionado, como isso não foi possível, apenas as crianças indicadas pela direção da instituição entraram em uma distribuição aleatória para compor os dois grupos: controle e experimental. Assim, o delineamento atende ao que em ciências humanas e sociais costuma-se cha-

mar de *quasi-experimental*, devido a conveniência da amostra e as demais limitações impostas a um trabalho de educação.

Participantes

Participaram deste estudo 17 crianças, sendo oito meninas e nove meninos, de seis a oito anos de idade ($M = 7,7$; $DP = 0,59$), estudantes de uma instituição de educação complementar da cidade de João Pessoa, Paraíba.

Instrumentos

Dilema de Joãozinho. Consiste numa adaptação do Dilema de Heinz para o Perdão utilizado por Enright et al. (1989) em seus estudos com adolescentes e adultos. O Dilema é uma entrevista apresentada no formato de livro com gravuras. Nesse dilema, um menino chamado Joãozinho descobre que sua mãe tem uma doença grave e necessita de um remédio muito raro e caro. O farmacêutico da cidade era o único que possuía essa medicação. Não tendo condições financeiras para comprar o remédio, o menino tenta conseguir o dinheiro com familiares e amigos e, sem sucesso, tenta negociar com o farmacêutico, propondo comprar o remédio por um valor menor e parcelar o restante da dívida, porém o farmacêutico não aceitou sua proposta e a mãe de Joãozinho veio a falecer pela falta de tratamento. Após o dilema são apresentadas 12 questões que buscam avaliar: a capacidade de *role-taking*, o entendimento do perdão, as condições que seriam necessárias para que o perdão ocorresse, o grau da raiva e o grau do perdão. Essas duas últimas questões são respondidas por meio de uma escala gráfica com três opções de intensidade desses sentimentos, apresentadas em tamanho crescente (pouca raiva, alguma raiva e muita raiva; perdoa pouco, perdoa mais ou menos ou perdoa completamente). Para a mensuração do grau do perdão havia também a opção “não perdoa”.

Questionário Biodemográfico.

Esse questionário coleta informações sobre idade, sexo e escolaridade das crianças.

Procedimento de administração dos instrumentos e composição dos grupos

As entrevistas foram administradas oral e individualmente com as crianças em um ambiente privado. As respostas foram gravadas e transcritas na íntegra. Cada entrevista teve uma duração aproximada de 20 minutos. Após as entrevistas, as crianças foram divididas de forma aleatória em dois grupos: um grupo experimental, que participou das atividades de intervenção e um grupo de controle que não participou das atividades de intervenção. Participaram do grupo experimental sete crianças e do grupo controle dez crianças. Cada grupo continha crianças com níveis diferentes de compreensão sobre o perdão. Através de um teste-t, verificou-se que não havia diferenças entre o grupo experimental e o grupo controle antes da intervenção, no que se refere ao grau de perdão ($t(14) = 1,242; p = 0,23$).

Procedimento de análise do Dilema de Joãozinho

Foi efetuada uma análise de conteúdo com categorias estabelecidas a priori (presença da capacidade empática, grau de raiva, definição de perdão, grau de perdão e condições para o perdão). Foram efetuadas análises das frequências das respostas para cada categoria e uma comparação entre os resultados do pré-teste e do pós-teste por meio de testes-t.

Procedimentos de intervenção

A intervenção foi conduzida pelas autoras deste trabalho, e realizada na própria instituição, em sessões de aproximadamente duas horas, duas vezes por semana, por um período de sete meses. As atividades da intervenção utili-

zaram uma adaptação da fábula infantil “O Patinho Feio”. Nessa fábula, o personagem principal sofre situações de desprezo da família, humilhação, vergonha e sentimentos de rejeição e inferioridade. A adaptação foi elaborada de forma a permitir que o condutor da intervenção oriente a tomada de perspectiva do outro e as etapas do processo de perdoar. A estória foi contada em partes e após a apresentação de cada parte havia questões para debates em sala de aula sobre as concordâncias e discordâncias das soluções propostas para o dilema. Ao final das atividades de intervenção, cada criança pôde elaborar um desfecho para a estória do Patinho Feio, que incluía a decisão do personagem de perdoar ou não a família e como seria a relação entre eles após esse evento. O quadro 2 apresenta um resumo dos objetivos de cada sessão realizada.

Quadro 2. Resumo das sessões da intervenção.

Sessões	Objetivo das Sessões
1 e 2	Aquisição de confiança: foram estabelecidas as regras de convívio em classe durante as atividades, através de um quadro ilustrativo com regras básicas, como “não gritar”, “não bater no colega”, “respeitar o colega nas brincadeiras”, etc.
3 e 4	Reconhecimento das mágoas vivenciadas pelas crianças: realizada através de desenhos que as crianças fizeram a respeito de eventos de suas vidas. Nessas sessões, foi possível perceber que as crianças possuíam um histórico de discriminação e de rejeição, seja por familiares ou pessoas próximas.
5 e 6	1ª parte da estória do Patinho Feio: (a) verificar e motivar a capacidade de empatia e <i>role-taking</i> , (b) mensurar a extensão da raiva e da vergonha, (c) preparar para a tomada de decisão para o perdão (e.g. “Como você acha que o Patinho Feio se sentia quando os outros zombavam dele?”)
7 e 8	2ª parte da estória do Patinho Feio: verificar e motivar a capacidade de empatia e preparar para a tomada de decisão (e.g. “Você acha que o Patinho Feio fez certo em fugir de sua família? Por quê?”)
9 e 10	3ª parte da estória do Patinho Feio: preparar para a tomada de decisão (e.g. “Depois que o Patinho Feio fugiu, ele se sentiu sozinho. Mas, você acha que ele ainda sente raiva toda vez que lembra as humilhações que a família fazia com ele?”)
11 e 12	4ª parte da estória do Patinho Feio: (a) verificar o grau de raiva como vingança, (b) verificar o entendimento que mudanças na identidade e situação não alteram as expressões emocionais causadas por injustiças passadas (e.g. “Agora que o Patinho Feio é um cisne, você acha que ele deveria voltar para casa e zombar da sua família e de todos os animais que zombaram dele antes?”)
13 e 14	5ª parte da estória do Patinho Feio: aprofundar a compreensão sobre os sentimentos da personagem e sobre o perdão (e.g. “Você acha que se o Patinho Feio perdoasse a família dele, ele deixaria de sentir raiva?”)
15 e 16	6ª parte da estória do Patinho Feio: investigar os raciocínios utilizados pelas crianças ao perdoar através de questões ilustrativas dos estágios de raciocínio de perdão (e.g. “Se a mãe do Patinho Feio se arrependesse e pedisse desculpas, você acha que ele deixaria de sentir raiva/se sentiria melhor?”)
17 e 18	7ª parte da estória do Patinho Feio: analisar a situação da perspectiva da mãe do Patinho Feio (e.g. “Como você acha que a mãe do Patinho Feio se sentiu depois que reencontrou o filho?”)
19 e 20	8ª parte da estória do Patinho Feio: decisão das crianças sobre qual o final da estória elas consideraram mais adequado; comprometimento da decisão de perdoar (para aquelas que escolheram o perdão)
21	Avaliação dos participantes sobre as atividades de intervenção e fechamento das atividades.

Resultados

A análise de conteúdo das respostas do Dilema de Joãozinho indicou que todas as crianças apresentaram a capacidade de *role-taking* mostrando que entenderam a situação do ponto de vista do personagem e colocaram-se no lugar dele. Quanto ao conhecimento sobre o conceito do perdão ocorreu um au-

mento no número de crianças que souberam definir o perdão de 47,1% no pré-teste para 82,4% no pós-teste. Nessas definições as crianças informaram que perdoar é reconciliar, através do restabelecimento das relações com atitudes como “*voltar a brincar*”, “*fazer as pazes*” e “*ficar amigo*”.

No tocante à escolha pelo grau de perdão para a situação apresentada no dilema, 23,5% das crianças escolheram no pré-teste a opção de *perdoar completamente*, enquanto que no pós-teste esse percentual foi para 41,1%. Isso também se relaciona com uma diminuição significativa do grau de raiva de Joãozinho pelo farmacêutico onde 76,5% das crianças informaram no pré-teste que sentiriam “*muita raiva*” do farmacêutico se estivessem no lugar de Joãozinho e esse percentual caiu para 58,8% no pós-teste. Verificou-se em relação a esses resultados que ora o perdão surgia como alternativa para diminuir a raiva que sentiam do ofensor, ora ocorria apenas após a diminuição da raiva por ele quando as crianças indicaram que era preciso tempo para que o perdão acontecesse. Além da influência do tempo, algumas crianças indicaram no pós-teste que para parar de sentir raiva do farmacêutico era preciso “*pedir desculpas*”, “*voltar a brincar*”, ou “*tentar pensar em outra coisa*” para “*esquecer a raiva*”. Nas condições para perdoar o *pedido de desculpas* predominou como a mais importante nas duas entrevistas.

No que se refere ao desenvolvimento do pensamento moral do perdão, a Tabela 1 apresenta a comparação por grupos dos tipos de raciocínio de perdão identificados através da análise de conteúdo das respostas do dilema de Joãozinho. Analisando os grupos do pré-teste para o pós-teste, pode-se observar que qualitativamente houve mais evoluções nas crianças do grupo experimental que no grupo controle.

Foram realizados Testes-t para medidas repetidas comparando as médias do grau de perdão por condição: experimental pré-teste ($M = 1,57$, $DP = 1,39$) versus pós-teste ($M = 2,14$, $DP = 1,21$) e controle pré-teste ($M = 0,75$, $DP = 1,16$) versus pós-teste ($M = 1,13$, $DP = 1,35$). Foi encontrada uma diferença significativa ($t(6) = -2,5$; $p = 0,047$) entre as médias do grau de perdão do grupo experimental no pré-teste e no pós-teste.

Tabela 1.

Raciocínios dominantes de perdão dos participantes nos grupos experimental e controle, nas entrevistas de pré-teste e pós-teste.

Grupo	Sujeito	Raciocínio Pré	Raciocínio Pós	Evolução
Experimental	01	2/1	2/1	=
	05	2/3	3/2	+
	14	2? 3	2? 3	=
	15	3? 4	2? 3? 5	+
	17	2	2/3	+
	19	0	2? 3	+
	20	0	2	+
Controle	02	0	0	=
	04	0	0	=
	07	0	0	=
	08	2/3	2? 3? 4	+
	11	0	2? 3	+
	12	0	0	=
	13	2? 3	3? 4	+
	16	0	0	=
	18	0	0	=
	21	3? 4	2? 3? 4	+

Nota: Os raciocínios que aparecem com uma barra (/) são raciocínios que apresentam um tipo dominante mas que também apresentam respostas de outros tipos de raciocínios, considerados secundários. Por exemplo, um raciocínio 3/2 (lê-se raciocínio 3 pautado no raciocínio 2) caracteriza um raciocínio onde a criança apresenta argumentos do terceiro tipo de raciocínio de perdão mas que tem, em suas respostas, argumentos do segundo tipo de raciocínio. Os raciocínios que são apresentados com uma seta (?) são considerados em transição. Ou seja, um raciocínio 2? 3 se refere a uma criança que tem respostas com argumentos dos dois tipos de raciocínio em uma quantidade semelhante, indicando uma transição de raciocínios.

Discussão

É importante destacar que o objetivo desta intervenção foi verificar o grau de perdão nas crianças, a forma pela qual elas definem o perdão e como justificariam perdoar ou não um ofensor. Para tanto elas precisariam adotar a perspectiva do outro, ou seja, a perspectiva da personagem Joãozinho no dilema apresentado e a perspectiva do Patinho Feio durante as atividades de intervenção. As análises indicaram que as crianças de sete anos em média se mostram hábeis na tomada de perspectiva do outro e já definem o perdão.

Pode-se dizer que existe sofisticação ética no pensamento espontâneo das crianças ao associarem o perdão com a reconciliação e com o pedido de desculpas. Outros estudos também encontraram que as crianças comumente confundem o pedido de desculpas como sendo necessário para o perdão (LEPRE & INÁCIO, 2014). Note-se nessa concepção que o foco das crianças é no ato de se desculpar para voltar a brincar, o interesse de entretenimento conjunto. O ressentimento acaba quando “se volta a brincar” (reconciliação), ações bem diferentes após situações de injustiças no mundo adulto. Se pedir desculpas e reconciliação são condições para o perdão na infância, como se pode defender ser possível perdoar na vida adulta sem reconciliar?

Algumas crianças consideraram a necessidade da passagem do tempo como necessária para a diminuição da raiva e somente então o perdão poder acontecer. Esses resultados são esperados pela teoria piagetiana, que informa que a noção do tempo nas crianças em relação aos fatos “objetivos” da vida (ex., injustiças) inicia-se a partir dos sete anos de idade. E Piaget (1964/2010), em sua teoria sobre o desenvolvimento cognitivo, também indica que crianças nessa faixa etária se encontram no período operatório concreto e isso levaria as crianças a pensar sobre o perdão a partir de ações concretas como voltar a brincar.

Sobre a qualidade dos tipos de raciocínio de perdão, observou-se que algumas crianças consideraram que nenhuma reparação material poderia ser suficiente para levar Joãozinho a perdoar o farmacêutico, o que indica que elas estão acima de raciocínios puramente hedonistas e, ao aceitarem o pedido de desculpas como uma condição que facilita o perdão, embora não percebessem que estão considerando uma reparação de caráter moral, elas parecem estar pensando por expectativas sociais mais amplas.

Os resultados desse trabalho são indicações assertivas para trabalhos futuros sobre o uso da comunicação construtiva e do afeto para assimilação de virtudes com o perdão na escola. Alguns pontos merecem ser destacados quanto às atividades de intervenção. O tempo gasto para iniciar as atividades do dia com o fortalecimento das relações de confiança entre as crianças e as orientadoras e entre as próprias crianças foi um ponto de dificuldade no início das atividades. Algumas crianças do grupo experimental apresentavam um comportamento agressivo, resistindo às aproximações das orientadoras da intervenção e dificultando todo o trabalho. No entanto, as relações melhoraram no transcorrer das atividades do *role-taking* em sala de aula. De alguma forma essas atividades atingiram o objetivo de melhorar a qualidade dos relacionamentos entre todos. Deve-se acrescentar nesse relato que paciência e comprometimento foram fundamentais ao processo educativo.

Conclusão

Este estudo é um dos primeiros realizados no Brasil numa amostra de crianças, utilizando a abordagem teórica de Enright e o processo de perdoar em etapas, como concebido pelo autor. A educação moral de base construtivista apresenta recursos promissores e eficazes para a promoção do desenvolvimento

moral. Em particular, a educação moral do perdão tem se mostrado eficaz para uma melhoria na qualidade das relações interpessoais, no bem-estar psicológico e na resolução de conflitos desde a infância, se mostrando um recurso útil para ser aplicado em diversos contextos, como a escola, por exemplo. Os resultados deste estudo mostram um caminho a ser seguido em uma área que necessita de investigação e aprofundamento.

Referências

AL-MABUK, R.; ENRIGHT, R. D.; CARDIS, P. Forgiveness education with parentally love-deprived college students. *Journal of Moral Education*, n 24, p. 427-444, 1995.

BOWLBY, J. Attachment and loss. Vol. 1: Attachment. NY: Basic Books, 1969.

DE VRIES, R.; ZAN, B. Moral classrooms. *Moral childrens: creating a constructivist atmosphere in early education*. Nova York: Teachers College, 1994.

DENHAM, S. A.; NEAL, K.; WILSON, B. J.; PICKERING, S.; BOYATZIS, C. J. Emotional Development and Forgiveness in Children: Emerging Evidence. In: WORTHINGTON, E. (Org.) *Handbook of Forgiveness* (Cap. 9, p. 127 - 142). New York: Routledge, 2005.

ERIKSON, E. *Childhood and Society*. NY: W.W. Norton, 1963.

ENRIGHT, R. D.; FITZGIBBONS, R. *Helping Clients Forgive: An Empirical Guide for Resolving Anger and Restoring Hope*. Washington, DC: American Psychological Association, 2000.

ENRIGHT, R. D.; FREEDMAN, S.; RIQUE, J. The psychology of interpersonal forgiveness. In: ENRIGHT, R.D; North, J. (Eds.). *Exploring Forgiveness*. Madison, WI: University of Wisconsin Press, 1998.

ENRIGHT, R. D.; SANTOS, M. J. D.; AL-MABUK, R. The adolescent as forgiver. *Journal of Adolescence*, 12, 95-110, 1989.

HEPP-DAX, S. H. Forgiveness as an educational goal with fifth-grade inner city children. Tese (Doutorado em Psicologia), Fordham University, New York, 1996.

HOFFMAN, M.L. Empathy and Moral Development: Implications for Caring and Justice. Cambridge University Press, 2000.

HOLTER, A. C.; MAGNUSON, C.; KNUSTON, C.; KNUSTON ENRIGHT, J. A.; ENRIGHT, R. D. The Forgiving Child: The Impact of Forgiveness Education on Excessive Anger for Elementary-Aged Children in Milwaukee's Central City. *Journal of Research in Education*, 18, 82-93, 2008.

LEPRE, R. M.; INÁCIO, A. K. M. O Perdão como Componente Moral em Crianças do Primeiro Ano do Ensino Fundamental. *Schème*, 6 (1), 94-108, 2014.

PIAGET, J. O Juízo Moral na Criança. Tradução: de Yves de La Taille. SP: Editora Summus, 1994 (Trabalho originalmente publicado em 1932).

PIAGET, J. Seis Estudos de Psicologia. Tradução: M. A. M. D'Amorim; P. S. L. Silva. RJ: Forense Editora Universitária, 2010 (Trabalho original publicado em 1964).

RIQUE, J.; CAMINO, C.; FORMIGA, N.; MEDEIROS, F.; LUNA, V. Consideração empática e tomada de perspectiva para o perdão interpessoal. *Interamerican Journal of Psychology*, 44, 411-418, 2010.

SELMAN, R. L. The Growth of Interpersonal Understanding: Developmental and Clinical Analysis. NY: Academic Press, 1980.

WATSON, M. Learning to trust: transforming difficult elementary classrooms through developmental discipline. San Francisco: Jossey - Bass, 2003.

Recebido em: 30/04/2018
Aprovado em: 31/07/2018